



# LGPD

## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



### Base legal para o tratamento dos dados pessoais

Na última publicação, abordamos de forma geral o tema base legal para o tratamento de dados pessoais. Hoje e no próximo informativo, detalharemos cada uma das dez situações em que a LGPD autoriza o tratamento dos dados pessoais do titular, destacando os aspectos mais relevantes de cada hipótese prevista na lei. É importante entender as questões fundamentais a serem observadas pelos órgãos e entidades da administração estadual visando assegurar a conformidade do tratamento de dados pessoais de acordo com as hipóteses legais e princípios da LGPD.

Na próxima publicação concluiremos o assunto, destacando as outras cinco hipóteses que autorizam o tratamento de dados pessoais do titular a luz da LGPD. Não percam!

#### **Hipóteses legais para tratamento de dados**



#### **I. mediante o fornecimento de consentimento pelo titular**

Hipótese que exige consentimento do titular do dado. Trata-se da regra da autonomia da vontade. É a manifestação livre e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. O titular dos dados tem liberdade para autorizar, negar ou revogar (reconsiderar) autorização anteriormente concedida para tratamento de seus dados pessoais. O ônus da prova do consentimento cabe ao controlador, sendo proibido o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento. O consentimento também pode ser tácito quando o titular do dado o torna manifestamente público previamente. O controlador que obtiver o consentimento e necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas em Lei.



#### **II. para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador**

É a regra da legalidade ampla e da preservação do interesse público sobre o particular. Esse é um autorizador da LGPD que possibilita que a lei não entre em conflito com outras legislações ou regulamentos vigentes.



#### **III. pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres**

É o tratamento de dados feito com a finalidade específica da execução de política pública formalmente instituída por Lei ou Ato administrativo. O instrumento que fixa a política pública que autoriza o tratamento do dado pessoal pode ser desde uma norma formal até um contrato ou instrumento congêneres.



#### **IV. para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais**

Utilização estrita para realização de estudos por órgão de pesquisa público ou privado.



#### **V. quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados**

Hipótese de consentimento específico do titular para utilização na execução ou na preparação de negócio jurídico em que seja parte. No caso de haver necessidade de processamento de dado pessoal para a consecução dos termos ajustados em contrato, o consentimento do titular estará abrangido pela autonomia da vontade expressa no momento da formalização do contrato, não sendo necessária nova previsão expressa para o tratamento decorrente do negócio.



# LGPD

## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



### Base legal para o tratamento dos dados pessoais

Na última publicação, abordamos as cinco primeiras hipóteses que autorizam o tratamento de dados pessoais à luz da LGPD. Hoje encerraremos o assunto apresentando as cinco últimas bases legais previstas no artigo 7º da lei.

Na próxima publicação adentraremos no tema Direitos do Titular. Nunca é demais lembrar que o titular está no centro da LGPD, sendo a figura sob a qual orbitam todas as diretrizes estabelecidas na lei.

Agradecemos por acompanharem as nossas publicações e até a próxima.

#### Hipóteses legais para tratamento de dados



#### **VI. para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem)**

Previsão para exercício regular de direito, incluindo contraditório, ampla defesa e devido processo legal. Trata-se de ressalva para esclarecer que a proteção aos dados pessoais não compromete o direito que as partes têm de produzir provas umas contra as outras, ainda que estas se refiram a dados pessoais do adversário; ou seja, que não cabe oposição ao tratamento de dados pessoais no contexto dos processos judiciais, administrativos e arbitrais.



#### **VII. para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro**

Aplicável nos casos de necessidade de tutela do bem maior da pessoa natural, a vida e sua incolumidade, ambos inseridos no conceito de dignidade da pessoa humana como fundamento da República.



#### **VIII. para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária**

Aplicável nos casos de estrita necessidade de tutela da saúde do titular, de terceiro ou pública. É a única hipótese de tratamento de dado manejado por agente exclusivo: profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.



#### **IX. quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais**

É uma previsão geral e subsidiária, mediante prévia e expressa motivação pelo controlador da finalidade e necessidade (legítimo interesse) do tratamento. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a: I – apoio e promoção de atividades do controlador; II – proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos da LGPD.

Em tais circunstâncias, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados, devendo o controlador adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse. Convém salientar que o tratamento autorizado por esta hipótese traz consigo conjunto adicional de medidas de salvaguarda dos dados, inclusive com a possibilidade de a Autoridade Nacional de Proteção de Dados solicitar ao controlador relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, justamente pelo risco de violação que tal hipótese acarreta, em particular, para entidades privadas.



#### **X. para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente**

Previsão para os casos estritos de tutela do crédito. Há expressa necessidade de observância simultânea da legislação pertinente.